

**Formação de professores no  
Programa Institucional de Bolsa de  
Iniciação à Docência na UEMG**

Andréa Silva Gino  
Soraya Fátima de Souza

## **Introdução**

O interesse pela pesquisa no campo da formação de professores tem crescido e vem sendo sinalizado nos estudos sobre a produção acadêmica na área da Educação (ANDRÉ, 2009; BREZEZINSK, 2006; MARCELO, 1998; ZEICHNER, 2009).

A partir do exame dos textos que fizeram parte do relatório final do American Educational Research Association (AERA) sobre formação docente, Zeichner (2009) aponta a evolução do campo, como também as principais dimensões que precisam ser melhor compreendidas, sugerindo pontos críticos que devem receber atenção prioritária. Segundo sua análise, o foco de grande parte das pesquisas sobre formação docente está em

como as disciplinas de Metodologia de Ensino, os estágios, as estratégias de formação e similares, influenciam as crenças e atitudes dos professores. Esses estudos prestam pouca atenção a como o *conhecimento e práticas* dos professores são influenciados pelo que eles experimentam nos cursos de formação docente e menos atenção ainda a como os professores são afetados, ao longo do tempo, por sua preparação (ZEICHNER, 2009, p. 19).

O autor chama a atenção para o fato de que as pesquisas sobre formação docente têm tido pouca influência na definição de políticas e na prática em cursos de formação de professores.

Em contrapartida, outras pesquisas evidenciam perspectivas de formação que valorizam as percepções do professor sobre suas práticas e, nesse sentido, defendem a realização de ações colaborativas entre acadêmicos e professores das escolas de Educação Básica (FIORENTINI; SOUZA JR.; MELO, 2007; NACARATO; VARANI; CARVALHO, 2007; NACARATO, MENGALI; PASSOS, 2009; ZEICHNER, 2007).

Atualmente, a formação de professores vem ocupando importante espaço no debate das políticas públicas na área da Educação. Grandes desafios estão postos para a constituição de políticas de formação docente implicadas com as reais demandas de formação do professor e sua prática docente numa perspectiva crítica, reflexiva, multidisciplinar, comprometida com a pesquisa e a investigação.

Diversos cursos de formação de professores, incluídas as licenciaturas, têm realizado discussões, orientadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, indicadas pelo Conselho Nacional de Educação (fevereiro, 2002 e julho, 2015), por meio das Resoluções CNE/CP01 e CP02, 2002 e CNE/CP nº. 02/2015, com a finalidade de adequar seus projetos pedagógicos às novas exigências e demandas de formação do profissional que atua na Educação Básica.

A preocupação com a formação de professores, com a valorização da profissão docente, com o ingresso e permanência do licenciado na sua profissão mobiliza o governo federal. Na perspectiva de atender às demandas para a formação docente, vários programas nacionais de formação de professores foram desenvolvidos na última década, entre eles, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), a Rede Nacional de Formação Continuada, o Pró-letramento, a Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e, mais recentemente, o Residência Pedagógica.

### **O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) foi instituído em 2007, com atividades iniciadas a partir de 2009. Subsidiado pela Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PIBID visa o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a Educação Básica inserindo licenciandos – bolsistas de iniciação à docência (ID) – no cotidiano de escolas da rede pública de educação.

Regido pelo Decreto nº. 7.219/10, o Programa está previsto na Lei nº. 12.796/13, que alterou os artigos da LDB nº. 9.394/96 e incluiu o art. 62, §4 e §5, com destaque para o PIBID. Também é citado na Lei nº. 13.005/14, do Plano Nacional de Educação, como estratégia para aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica.

O Decreto nº. 7.219, de 24 de junho de 2010, dispõe que o PIBID cumprirá seus objetivos mediante a concessão de bolsas de iniciação à docência para estudantes de cursos de licenciaturas que desenvolvem atividades em escolas públicas e para os professores responsáveis pela coordenação e supervisão dessas atividades.

O programa concede quatro modalidades de bolsas aos participantes do projeto institucional, a saber: iniciação à docência – para discentes de licenciatura dos cursos abrangidos pelo subprojeto; professor supervisor – para professores de escolas públicas de educação básica; coordenador de área – para docentes da licenciatura que coordenam os subprojetos; coordenação institucional – para o docente da licenciatura que coordena o projeto institucional de iniciação à docência na Instituição de Ensino Superior (IES). As bolsas são pagas pela CAPES,

diretamente aos bolsistas, por meio de crédito bancário. Além do pagamento de bolsas, a CAPES também repassa recursos de custeio para execução de atividades vinculadas ao projeto.

São objetivos do PIBID, reafirmados na Portaria CAPES nº. 45/2018: incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério; elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Para participar do PIBID, as IES apresentam à CAPES seus projetos institucionais, compostos pelos subprojetos das licenciaturas integrantes, e são selecionados por meio de editais públicos.

## O PIBID na UEMG

O PIBID teve início na UEMG em 2012, com o projeto institucional intitulado *As Licenciaturas da UEMG e a Educação Básica: construindo saberes e práticas docentes*, dando abertura às suas atividades no mês de agosto de 2012; envolveu os nove cursos de licenciatura das unidades acadêmicas distribuídas pelo estado de Minas Gerais, nos municípios Barbacena, Belo Horizonte, Frutal, Leopoldina, Poços de Caldas e Ubá; contemplou 12 licenciaturas: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Artística, Geografia, Música (2 cursos) – Educação Musical Escolar e Instrumento ou Canto, Pedagogia (4 cursos) e Química; e contou com a participação de 146 bolsistas, destes, 110 licenciandos, 22 professores supervisores e 14 coordenadores (acrescidos de 3 coordenadores colaboradores). Ao todo, participaram do Programa 12 escolas municipais e 5 estaduais.

Dando continuidade ao projeto institucional iniciado em 2012, a UEMG participou do Edital nº. 061/2013, e encerrou suas atividades em fevereiro de 2018 com a participação de 301 bolsistas, sendo 235 de iniciação à docência, 43 professores supervisores, 23 coordenadores (20 coordenadores de área, 02 coordenadores de gestão de processos educacionais e 01 coordenadora institucional). Ao logo do edital, passaram pelo Programa 699 estudantes na condição de bolsistas de iniciação à docência. Além dos bolsistas, participaram, também, dois professores colaboradores das Unidades da UEMG e 91 professores colaboradores das escolas participantes. O Programa, na UEMG, contou com

a participaram de 41 escolas de Educação Básica, sendo 25 escolas municipais e 16 estaduais, envolvendo 9.735 estudantes da Educação Básica.

O PIBID é “considerado uma das melhores iniciativas em política coadjuvante à formação inicial de professores para a educação básica” (GATTI; ANDRÉ; GIMENES; FERRAGUTI, 2014, p. 111). De acordo com o relatório de gestão da Diretoria de Educação Básica – DEB (2014), o Programa teve um crescimento vertiginoso. Iniciou em 2007, com 3.088 bolsas aprovadas; em 2009, passou a 10.606, chegando em 2013 com 49.321 bolsas. Em 2014, foram concedidas para o PIBID e PIBID diversidade um total de 90.254 bolsas. No referido relatório, Minas Gerais aparece com o maior número de bolsistas: 10.381, representando 12% do total de bolsas do país, sendo o segundo com maior número de Instituições de Ensino Superior participantes: 37 IES com 301 subprojetos.

Atualmente, o PIBID está regulamentado pela Portaria CAPES nº. 45, de 12 de março de 2018. De acordo com o Edital PIBID 07/2018, as escolas públicas de Educação Básica são convidadas a protagonizarem os processos de formação inicial para o magistério mobilizando seus professores a participarem do programa como coformadores dos licenciandos – futuros docentes. Os professores das escolas públicas participam como supervisores, orientando e viabilizando as atividades dos licenciandos nas escolas de Educação Básica.



O projeto institucional da IES deve promover a iniciação à docência do licenciando matriculado na primeira metade do curso de licenciatura. As experiências vivenciadas no ambiente escolar visam estimular o estudante bolsista, desde o início de sua formação, à observação e à reflexão sobre a prática profissional no cotidiano da educação básica. Os estudantes bolsistas são acompanhados por um professor da escola e um docente da UEMG.

De acordo com as novas orientações da Portaria 45/2018, os projetos institucionais são estruturados contemplando núcleos de iniciação à docência, cada um composto de 24 a 30 discentes, 03 professores da escola e 01 professor da instituição de Educação Superior. Os núcleos agrupam-se por subprojetos, definidos segundo o componente curricular da Educação Básica, para o qual são formados os discentes. Participam do PIBID instituições de ensino superior públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que ofereçam cursos de licenciatura e que atendam aos requisitos dos editais de seleção. Os bolsistas do PIBID são selecionados por meio de editais propostos pela IES e as escolas de Educação Básica são escolhidas pelas redes de ensino e indicadas para as IES através da CAPES.

Em 2018, a CAPES concedeu 43.875 bolsas para estudantes de 285 cursos de licenciatura no Brasil. Minas Gerais é o estado com maior número de bolsas aprovadas – 4.792 – o que corresponde a 10,92% das bolsas de todo país. Das 29 IES de Minas Gerais, a UEMG é a quarta em quantitativo de bolsas de iniciação à docência no Estado. A Universidade ampliou sua participação no Programa envolvendo

atualmente 13 cursos de licenciatura, que se realizam em Unidades Acadêmicas distribuídas nos seguintes municípios: Barbacena, Belo Horizonte, Ibirité, Leopoldina, Passos, Poços de Caldas e Ubá; e contemplando as seguintes áreas de formação: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Letras, Matemática, Música, Pedagogia (6 cursos). O PIBID UEMG conta com a participação de 368 bolsistas, sendo 315 de iniciação à docência, 39 professores da Educação Básica que atuam como supervisores, 14 professores da UEMG, sendo que 13 atuam como coordenadores de área e uma como coordenadora institucional, envolvendo 21.345 estudantes de escolas públicas de Educação Básica.

### **O PIBID como política de formação de professores**

Trata-se de uma política pública assentada em pressupostos teórico-metodológicos bastante afinados com as pesquisas e estudos sobre a formação docente desenvolvidas nas últimas décadas e que apontam para a necessidade de maior articulação teoria-prática e de estreitamento das parcerias entre a universidade e as escolas de Educação Básica.

A Resolução CNE/CP nº. 02/2015 define as diretrizes curriculares para formação inicial de professores em nível superior e para a formação continuada. Um dos princípios da formação é o reconhecimento das instituições de

educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério.

A proposta do PIBID pressupõe a articulação e cooperação entre as instâncias educacionais, favorecendo os intercâmbios entre Universidade e Escolas de Educação Básica, fomentando os diálogos entre teoria e prática pedagógica. Zeichner (2010) menciona um tipo de colaboração que evidencia a criação de novas espécies de papéis para os formadores de professores e os meios de aproximação entre o conhecimento acadêmico, o conhecimento profissional e o conhecimento derivado da comunidade no processo de formação de professores. De acordo com o autor,

essa visão mais ampla sobre os saberes que são necessários para formar professores, expande as oportunidades de aprendizagem docente na medida em que novas sinergias são criadas por meio do jogo interativo entre conhecimentos das mais diferentes fontes (ZEICHNER, 2010, p. 493).

Esses momentos em que o professor tem a oportunidade de apresentar suas experiências docentes diante dos colegas, do professor e em diálogo com a teoria evidenciam a reflexão como uma prática social.

Dados do Relatório de Gestão 2009-2013 confirmam a aposta da CAPES em relação ao potencial do Programa. Os resultados de um levantamento feito por meio de formulários eletrônicos, junto aos participantes do PIBID,

em diferentes modalidades, evidenciam a predominância de uma avaliação positiva em relação aos impactos do Programa tanto nas escolas participantes (inclusive, com elevação do IDEB nestas instituições) quanto nos cursos de licenciatura.

Outros princípios para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica estão previstos no § 5º do art. 3º da Resolução CNE/CP nº. 02/2015, como os destacados:

a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições; o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério; a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação; a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica; a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

Orientada pela Portaria CAPES/MEC nº. 158/2017, a UEMG se compromete com a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, em consonância com as Resoluções do Conselho Nacional de Educação, que tratam da formação dos profissionais do magistério para a educação básica. Compreende a essencialidade da integração com as redes de Educação Básica para a elevação da qualidade da formação de professores e da articulação das licenciaturas com o ensino, a pesquisa e a extensão.

### **Considerações finais**

Tratando-se de um programa recente, justifica-se que sejam incipientes os estudos e pesquisas sobre o mesmo. Ainda assim, já se pode identificar um conjunto de trabalhos que têm o PIBID como foco, sendo boa parte deles apresentações e análises de experiências desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil.

Diversas produções acadêmicas, incluindo artigos, dissertações, teses, estudos avaliativos, evidenciam o potencial do PIBID confirmando seu sucesso.

Os dados do relatório da Diretoria de Educação Básica da CAPES (2009-2012) já evidenciavam o PIBID como uma das políticas públicas de formação de docentes para a Educação Básica mais expressivas de nossa história, “tanto pelo quantitativo de bolsistas envolvidos quanto pelas expectativas de contribuir para a reversão do atual quadro de desprestígio das licenciaturas e de desvalorização social

da profissão docente”. As discussões sobre o PIBID, presentes nas publicações de periódicos, nas dissertações e teses defendidas junto aos programas de pós-graduação em Educação do país, bem como em apresentações de eventos nacionais da área da Educação, podem indicar seus efeitos junto à comunidade acadêmica e as implicações diretas da parceria universidade-escola sobre a formação do futuro professor. (GATTI; ANDRÉ; GIMENES; FERRAGUTI, 2014, p. 15).

A pesquisa de Assis (2017) averiguou a contribuição do PIBID para o movimento de valorização e formação dos professores no Brasil, considerando a iniciação à docência como tema emergente, realizou estudo em 104 (cento e quatro) produções acadêmicas e destacou, dentre outros aspectos, a contribuição do Programa “para a identificação dos licenciandos com a profissão docente, bem como a implicação dos professores da Educação Básica no processo de produção e difusão de conhecimento sobre sua prática” (p. 1). Tais trabalhos também afirmam a potencialidade do PIBID na melhoria da formação docente, evidenciando uma diversidade de estratégias metodológicas e referenciais teóricos que vêm orientando os projetos e subprojetos do Programa em diferentes áreas e universidades brasileiras.

O PIBID pode ser colocado em patamar de referência no campo das políticas de educação. A experiência de iniciação à docência precisa ser intensificada para todos os licenciandos que desejarem por ela passar. A aproximação da universidade com a escola de Educação Básica,

consolidada nas práticas do PIBID, precisa ser ampliada, possibilitando que a escola de Educação Básica seja lócus de aprendizagem da docência. A articulação entre teoria e prática, entre o campo da formação e o da profissão, precisa ser estreitado, tendo o trabalho colaborativo como referência para a aprendizagem e produção de conhecimentos no campo da formação de professores.

## Referências

- ANDRÉ, Marli. Dalmazo. Afonso. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos de 1990 e 2000. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, vol. 01, n. 01, p. 41-556, ago./dez. 2009.
- ASSIS, Alessandra Santos de. Contribuições do PIBID para a valorização dos professores: o que dizem as teses e dissertações? **GT08 – Formação de Professores**, 38ª Reunião Anual da Anped, 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena – DCNFP. Brasília, 18 fev. 2002.
- BRASIL. Conselho Nacional de educação. **Resolução CNE/CP n. 2**. Institui a duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior – DCNFP. Brasília, 19 fev. 2002.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer nº 2/2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Brasília, DF: CNE, 2015.
- BRASIL. **Lei nº. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.
- BRASIL. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Planalto Central, 2014.
- BRASIL. **Decreto nº. 8.752, de 09 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Diário Oficial, Brasília, DF, 26 de junho de 2009, Seção 1, p. 2.



BRASIL. **Decreto nº. 7.219, de 24 de junho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 25 de junho de 2010, Seção 2, p. 11.

BREZEZINSK, Iria. (org.) **Formação de profissionais da educação** (1997-2002). Brasília: Ministério da Educação, INEP, 2006, p. 1-52.

BREZEZINSK, Iria; GARRIDO, Elsa. Trabalho docente: mapeando a pesquisa em teses e dissertações brasileiras. **Educação & Linguagem**, n. 15, jan./jul. 2007, p. 60-81.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Portaria GAB nº. 45, de 12 de março de 2018.** Dispõe sobre a concessão de bolsas e o regime de colaboração no Programa de Residência Pedagógica e no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), Brasília, DF, 12 mar. 2018.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Portaria 158, de 10 de agosto de 2017.** Dispõe sobre a participação das Instituições de Ensino Superior nos programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, Brasília, DF, 11 ago. 2017.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIO. **Relatório: gestão 2009/2014.** Brasília, 2014.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Edital nº. 061/2013 CAPES.** Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Editais e seleções. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital\\_061\\_2013\\_PIBID.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital_061_2013_PIBID.pdf)>.

CARVALHO, Janete. M.agalhães, SIMÕES, Regina.Helena.Silva. O processo de formação continuada de professores: uma construção estratégico conceitual expressa nos periódicos. In: ANDRÉ, M. (org.) **Formação de professores no Brasil** (1990-1998). Brasília: MEC/INEP/ Comped, 2006, p. 171- 184.

FIORENTINI, Dario; SOUZA Jr.; MELO. Saberes Docentes: um desafio para acadêmicos e práticos. GERALDI, C. M. G; FIORENTINI, Dario.; PEREIRA, E. M. A. (orgs). **Cartografias do Trabalho Docente.** Campinas: Mercado das Letras, 2007.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

GATTI, Bernadete A.; ANDRÉ, Marli E. D. A.; GIMENES, Nelson A. S.; FERRAGUTI, Laurizete. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**. São Paulo: FCC/SEP, 2014.

MARCELO, Carlos. Pesquisa sobre formação de professores: O conhecimento sobre aprender e ensinar. **Revista Brasileira de Educação**, n. 9, p. 51-75, set./out./nov./dez. 1998.

NACARATO, A. M.; VARANI, A.; CARVALHO, V. O cotidiano do trabalho docente: palco, bastidores e trabalho invisível... Abrindo as cortinas. *In*: GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. **Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

NACARATO, Adair. Mendes; MENGALI, Brenda. Leme. Silva.; PASSOS, Carmen. Lúcia. Brancaglioni. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ZEICHNER, Kenneth. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador-acadêmico. *In*: GERALDI, Corinta. Maria. Grisolia; FIORENTINI, Dario.; PEREIRA, Elisabete. Monteiro. Aguiar. (orgs). **Cartografias do Trabalho Docente**. Campinas, Mercado das Letras, 2007.

ZEICHNER, Kenneth. Uma agenda de pesquisa para a formação docente. Formação Docente – **Revista Brasileira de Pesquisa sobre formação de Professores**, vol. 01, n. 01, p. 13-40, ago./dez. 2009.

ZEICHNER, Kenneth. Repensando as conexões entre a formação na universidade e as experiências de campo na formação de professores em faculdades e universidade. **Educação**, v. 35, n. 3, p. 479-504, maio/ago. 2010.